

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Assessoria Especial de Comunicação Social

BRIEFING

1 - SITUAÇÃO GERAL

O Ministério de Minas e Energia (MME) foi criado em 22 de julho de 1960 para desenvolver, integrar e fortalecer as atividades de mineração e do setor energético do país. Essas áreas impactam diretamente a sociedade e, historicamente, contribuem para o desenvolvimento econômico nacional.

Como forma de ilustrar, passam pelas políticas desenvolvidas pelo ministério e pelas empresas vinculadas: a luz que chega nas residências, a gasolina que abastece os carros e ônibus, os combustíveis dos aviões, o gás que possibilita milhares de famílias cozinharem os alimentos, a água mineral que hidrata brasileiras e brasileiros diariamente, a produção de minerais importantes para fabricação de celulares, etc.

É o MME que trabalha para o equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no país. É da responsabilidade deste ministério o desenvolvimento de políticas nacionais de aproveitamento dos recursos energéticos – hídricos, eólicos, solares, nucleares e de demais fontes –, de integração do sistema elétrico nacional, de geologia, de exploração e de produção de recursos minerais e energéticos, de petróleo, do combustível, do biocombustível e do gás natural.

São atribuições do MME as políticas de sustentabilidade e de desenvolvimento econômico, social e ambiental dos recursos elétricos, energéticos e minerais, a mineração e transformação mineral e as políticas tarifárias do setor de energia elétrica. É de responsabilidade do ministério a universalização do acesso e do uso da energia elétrica, incluindo em áreas rurais e remotas do país.

Cabe ao MME definir diretrizes para o planejamento e aprovação das outorgas, além de fomentar o desenvolvimento e adoção de novas tecnologias relativas aos setores de mineração e energia.

2 - SITUAÇÃO BASE

O MME tem trabalhado de maneira intensa para precipitar uma transição energética justa e inclusiva, visando a substituição gradual das fontes poluentes de energia pelas limpas e renováveis tem sido uma importante missão global e, desde 2023, uma das principais prioridades do Ministério de Minas e Energia. O tema é tratado de forma transversal por todas as secretarias da pasta, com uma visão inclusiva e de justiça social, com execução e planejamento de ações que beneficiem o meio ambiente, mas também e especialmente as pessoas, que são afetadas pelos desastres climáticos.

Em 2023, na COP 28, realizada em Dubai, o Brasil e o mundo assumiram esse importante compromisso de entregarem indicações claras sobre “o quê” precisa ser feito para

transformarem os sistemas energéticos de cada país de "forma justa, ordenada e equitativa", uma vez que as mudanças climáticas afetam a saúde, a alimentação das pessoas, pois prejudicam a capacidade de cultivar alimentos, além da habitação, da segurança e da renda das famílias, como visto recentemente na tragédia do Rio Grande do Sul.

Na liderança do Grupo de Trabalho de Transições Energéticas do G20, o MME reforçou o debate do cenário de transição global para utilização de fontes de energia limpas e sustentáveis e nos caminhos para uma transição energética justa, acessível e inclusiva. Foram estabelecidas três prioridades, que ajudaram a construir o "como fazer" a transição energética de forma justa, acessível e inclusiva.

- Avançar no acesso ao financiamento para a transição energética, especialmente em mercados emergentes e economias em desenvolvimento.
- Ampliar as discussões sobre o significado de uma transição energética justa e inclusiva justos e inclusivos para a transição energética, ampliando a dimensão social relacionada a essa agenda.
- Discutir sobre perspectivas inovadoras para os combustíveis sustentáveis, fundamentais para a transição energética de setores de difícil abatimento.

Estimativas da Agência Internacional de Energia indicam que para triplicar renováveis até 2030, serão necessários investimentos anuais da ordem 4,3 milhões de dólares. Para isso, o ritmo de investimentos precisara aumentar seis vezes em relação ao que é feito atualmente, com mais oportunidades para a população, com geração de emprego e renda, com acesso a essas novas fontes a populações mais carentes, universalizando o acesso à energia elétrica, ao gás de cozinha, etc.

Em eventos nacionais e internacionais, o Brasil tem comunicado essa ambição amplamente, destacando as prioridades, pautando e ancorando as expectativas das empresas, investidores e, especialmente, da sociedade. O desafio é grande, mas o Brasil já é referência na temática e tem potencial para se tornar o grande líder da transição energética mundial, por meio do fomento de energia limpas, estabilidade jurídica e regulatória, respeito ao meio ambiente tudo aliado à inclusão e à justiça social.

3 – DESAFIO DA COMUNICAÇÃO

Atualmente, o Brasil já tem quase 50% da matriz energética e 88% na matriz elétrica compostas por fontes renováveis. Em 2023, o país registrou cerca de 35 bilhões de dólares em investimentos em transição energética, sendo a sexta nação do mundo que mais recebe investimentos em projetos de energia renovável.

Além disso, a sólida estrutura de governança no setor de energia é um aspecto fundamental que traz estabilidade regulatória e previsibilidade aos investidores neste processo de transição energética. Nesse contexto, o Brasil também possui reservas significativas de lítio, cobre e outros minerais considerados críticos para a transição energética global. O segurança do sistema foi reforçado com leilões de expansão da

transmissão realizados em 2023, resultando em 20 mil quilômetros (km) de novas linhas de transmissão e R\$ 60 bilhões de investimentos.

Na COP 28, o Brasil se comprometeu a triplicar suas capacidades para energias renováveis até 2030, chegando até 11 mil GW. O MME tem estruturado um conjunto de políticas, programas e ações que trazem sinalizações concretas ao mercado em relação ao caminho que queremos seguir. Exemplos disso são a Política Nacional de Transição Energética, Combustível do Futuro, Mineração para Energia Limpa.

Em 2023, o MME apresentou o Plano de Trabalho Trienal 2023-2025 do Programa Nacional de Hidrogênio (PNH2) que prevê a implantação de plantas piloto em todo território nacional, multiplicar os investimentos em inovação por 7x, além de propor a lógica de hubs com indutora do desenvolvimento regional. O ministério também tem investido em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de captura e armazenamento de carbono para facilitar a redução de emissões em setores difíceis de abater, como indústria pesada e geração de energia. Apesar disso, a pasta é cotidianamente “atacada” pela imprensa especializada e pela sociedade civil organizada (ONG’s) em matérias relacionadas à transição energética, como nos exemplos citados abaixo:

Tarifa de energia: alguns veículos de comunicação especializados as ações relacionadas à transição energética no sentido que a implementação de fontes renováveis pode encarecer a conta de energia paga pelos consumidores, muitas vezes influenciados por empresas do setor. Exemplo disso é a matéria [“Extensão de subsídios a energias renováveis deve custar R\\$ 6 bi”](#), do Poder 360. Citando uma carta enviada pela Frente Nacional dos Consumidores de Energia ao ministro de Minas e Energia e ao presidente da República, a reportagem informou que a MP planejada pelo governo para estender subsídios para energias renováveis **“vai pesar ainda mais no bolso dos consumidores de energia por meio da conta de luz”**. Esses discursos desfoam os esforços do MME relacionados à redução da conta de energia elétrica, principalmente para o consumidor de baixa renda, e à universalização do acesso ao serviço por meio dos programas Luz para Todos e Energias da Amazônia.

Impactos empreendimentos renováveis nas comunidades: Recentes estudos apontam que usinas eólicas e solares têm causado impactos sociais e ambientais em comunidades em que estão instalados. Entre eles, a perda de biodiversidade, o desmatamento (no caso das fotovoltaicas) e até alguns problemas de saúde, segundo relatos de moradores. **“A energia eólica virou um grande problema em Caetés, cidade de 28 mil habitantes a 245 km do Recife, conhecida principalmente como local de nascimento de um brasileiro ilustre: o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT)”**, apontou [reportagem da BBC de 2023](#), que teve grande repercussão na mídia nacional. **“Olhe, para a gente que mora praticamente embaixo delas [das hélices], piorou a saúde, a ansiedade aumentou, [além da] perda de sono e dificuldade para dormir. O barulho é frequente, todos os dias”**, destacou uma moradora da cidade de Sobradinho, no município de Caetés, [em uma matéria do site Brasil de fato](#). Apesar de reais e serem tratados com a devida atenção e cuidado pelo MME, esses casos são pontuais e minoria, na comparação com a quantidade de pessoas que são beneficiadas por esses

empreendimentos. As matérias também não citam, em momento algum, os benefícios que as comunidades recebem, muito menos as ações que o Governo Federal faz junto com os locais para entender as principais demandas e necessidades.

Exploração de petróleo no país: Segundo estimativas da Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês) mostram que as demandas por óleo e gás natural, em diferentes cenários, estarão presentes na matriz energética mundial e do Brasil até 2050. Com isso, o petróleo e o gás natural precisam continuar sendo explorados e produzidos mesmo num contexto de transição energética, pois garantem a segurança energética para a continuidade do abastecimento, além de recursos e expertise técnica para o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono. Contextos muitas vezes ignorado em reportagens sobre novas possibilidades de exploração de petróleo no país. Exemplos disso podem ser vistos nas reportagens: [“A Petrobras, o Brasil e a maldição de chegar atrasado - Não basta o governo declarar que vai combater a mudança climática se a política energética continua privilegiando a exploração de petróleo e gás”](#), do Portal O Antagonista e [“Brasil não tem plano definido para abrir mão de petróleo e gás”](#), da Folha de São Paulo. A primeira afirma que o **“O Brasil está numa contradição. Por um lado, tem uma oportunidade única de redefinir seu futuro energético e posicionar-se como líder em desenvolvimento sustentável, ostentando a matriz energética mais limpa entre as grandes economias. Por outro, a estratégia energética nacional planeja não apenas manter, mas expandir a exploração e produção de petróleo e gás”**. Na segunda reportagem, por exemplo, especialistas ouvidos ressaltam que **“Há uma retórica da transição energética, mas não tem recurso, não tem estratégia de investimento”** e que a política desenvolvida pelo país é **“principalmente até 2030, de expansão desses combustíveis.”** As reportagens não explicam que a transição energética demanda tempo e que de certa forma “menosprezam” os planos do Brasil de redução da dependência do petróleo, que o Brasil possui uma das menores pegadas de carbono, sem contar os investimentos em energias limpas e renováveis, para também substituir essas fontes.

Mineração e a transição energética: Não há como falar de um sem a presença do outro. Alguns minerais são considerados essenciais para o processo da transição energética. Entre eles, o lítio, a grafita, as terras raras, o cobre, o níquel e o cobalto, segundo classificação da Agência Internacional de Energia (AIE). Cada um tem papeis e aplicações tecnológicas diferentes dentro do contexto da transição energética. A atividade é responsável pelo desenvolvimento econômico e social nas localidades em que é realizada. Só em maio de 2024, a Agência Nacional de Mineração (ANM) repassou o montante de R\$ 429.905.420,08 aos estados e municípios produtores minerais. O valor é referente à cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) arrecadada no mês de abril e que está foi distribuída regularmente em maio. Apesar disso, a mineração é sempre noticiada de forma negativa pelos veículos de comunicação. Exemplos disso podem ser vistos nas matérias [“Os quilombolas que estão desafiando mineradora britânica acusada de soterrar rio na Chapada Diamantina”](#), publicada pela BBC News, abril de 2024. Apesar de a reportagem ouvir a empresa que realiza a atividade, o peso maior da matéria vai para a reclamação dos moradores. Entre

elas, “**supostos danos ambientais causados pela exploração do minério de ferro, como poluição e soterramento das nascentes de um rio, além de prejuízos à saúde causados pela poeira lançada no ar por explosões**”. O mesmo pode ser percebido na reportagem [“Indígenas e quilombolas lutam contra impactos ambientais do 'lítio verde' no Vale do Jequitinhonha”](#), publicado pela Folha de São Paulo, em agosto de 2023. “**As explosões na mineração afugentam os animais, e os morcegos são muito sensíveis. Se tirar os frutos da flora, onde é que os animais vão procurar seus alimentos? Na nossa aldeia agora está com muito morcego, nunca tinha visto isso**”, diz uma das lideranças do grupo indígena ouvidas pela reportagem. Assim como nessas reportagens, a maioria das notícias divulgadas na imprensa nacional pouco ou nada se fala da renda que a atividade de mineração leva a essas regiões, das contrapartidas sociais que são oferecidas nas áreas de educação e saúde, das ações do ministério com as comunidades, das fiscalizações realizadas pela agência reguladora ou até mesmo do quanto esses minerais serão importantes para o processo da transição energética e para o desenvolvimento econômico do país.

Diante do exposto acima, esta campanha de comunicação deve divulgar as ações realizadas pelo Ministério de Minas e Energia para fortalecer a transição energética no país e no mundo, destacando os benefícios para a população, com emprego e renda nas comunidades, com desenvolvimento para cidades, com segurança energética e modicidade tarifária. Com isso, devem destacar os impactos positivos destes empreendimentos renováveis nas comunidades em que estão instalados, por meio das contrapartidas sociais, além das ações para reduzir o preço da energia para os consumidores de forma estrutural, especialmente para os mais pobres, combatendo a pobreza energética no país. A campanha deve reforçar o trabalho realizado pelo MME para o incremento de energias limpas e renováveis, combustíveis de baixo carbono e os investimentos atraídos nestas áreas, que geraram emprego e renda no País. Ou seja, no que propõe a transição energética justa e inclusiva.

4 – OBJETIVOS DA COMUNICAÇÃO

4.1 OBJETIVOS GERAIS

Este plano de comunicação tem como objetivo principal a realização de campanhas de esclarecimento à população e à veículos de imprensa sobre o que é transição energética justa e inclusiva defendida pelo MME, destacando os **desafios** e, especialmente, os **benefícios** deste processo.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a transição energética justa e inclusiva;
- Esclarecer os aspectos da justiça e inclusão social incluídos na transição energética no país, com destaque para geração de renda, empregos e oportunidades para a população;
- Reforçar as ações do Governo Federal pra promover a transição energética justa inclusiva no país;
- Divulgar dados sobre renovabilidade das matrizes elétrica e energética do Brasil e do

potencial dos minerais estratégicos produzidos no país para a transição energética;
- Esclarecer sobre os desafios econômicos do processo, como a “ainda dependência de fontes fósseis” no país.

5 – PÚBLICO-ALVO

- População em geral;
- Veículos de comunicação;
- Organização da sociedade civil.

6. PRAÇAS

- Território Nacional.

7. PERÍODO

- As ações de comunicação propostas neste briefing deverão ser executadas no período de 4 (quatro) meses.

8. VERBA REFERENCIAL PARA INVESTIMENTO

- A verba máxima a ser utilizada, a título de exercício, será R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). As propostas serem elaboradas levando em consideração os produtos e serviços elencados no Edital.

9. PESQUISAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

- Mais informações relacionadas às ações do Ministério de Minas e Energia (MME) relacionadas ao tema proposto podem ser obtidas nos canais oficiais deste órgão e também de suas vinculadas, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Mineração (ANM) e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A (ENBPar).

11. RECURSOS PRÓPRIOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL

Site: <https://www.gov.br/mme/pt-br>

Instagram: <https://www.instagram.com/minaseenergia/>

X: https://x.com/Minas_Energia?mx=2

Facebook: <https://www.facebook.com/minaseenergia>

Youtube: <https://www.youtube.com/@minaseenergia>

Flickr: <https://www.flickr.com/photos/minaseenergia>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/minaseenergia>